



**TRÊS VEZES NEGAÇÃO: COLAPSO CLIMÁTICO, CORROÇÃO DA
DEMOCRACIA E PANDEMIA**

**TRES VECES NEGACIÓN: COLAPSO CLIMÁTICO, CORROSIÓN DE LA
DEMOCRACIA Y PANDEMIA**

**THREE TIMES DENIAL: CLIMATE COLLAPSE, EROSION OF DEMOCRACY AND
PANDEMIC**



Amaro FLECK¹

e-mail: amarofleck@hotmail.com

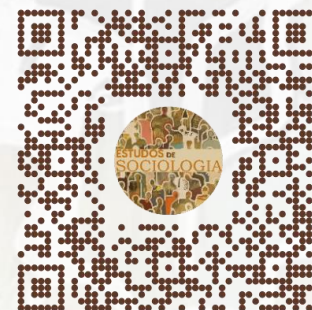


Eduardo Soares Neves SILVA²

e-mail: eduardosns@ufmg.br

Como referenciar este artigo:

FLECK, A.; SILVA, E. S. N. Três vezes negação: Colapso climático, corrosão da democracia e pandemia. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 28, n. esp. 1, e023006, 2023. e-ISSN: 1982-4718. DOI: <https://doi.org/10.52780/res.v28iesp.1.17380>



| **Submetido em:** 05/03/2023
| **Revisões requeridas em:** 22/04/2023
| **Aprovado em:** 11/05/2023
| **Publicado em:** 01/08/2023

Editora: Profa. Dra. Maria Chaves Jardim
Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Federal de Minas Gerais, (UFMG), Belo Horizonte – MG – Brasil. Professor do departamento de Filosofia. Doutorado em Filosofia (UFSC).

² Universidade Federal de Minas Gerais, (UFMG), Belo Horizonte – MG – Brasil. Professor do departamento de Filosofia. Doutorado em Filosofia (UFMG).

RESUMO: A pandemia do Covid-19 foi vivenciada, ao menos no Brasil, como uma parte de um triplo apocalipse, ao lado da corrosão da democracia e do colapso climático. O presente ensaio almeja iluminar algumas semelhanças e diferenças entre cada um destes três apocalipses, focando em especial em como eles se retroalimentam e geram um modo bastante similar de negacionismo.

PALAVRAS-CHAVE: Covid 19. Colapso climático. Corrosão da democracia. Brasil.

RESUMEN: *La pandemia de Covid-19 se ha vivido, al menos en Brasil, como parte de un triple apocalipsis, junto con la corrosión de la democracia y el colapso climático. El presente ensayo tiene como objetivo iluminar algunas similitudes y diferencias entre cada uno de estos tres apocalipsis, centrándose en particular en cómo se retroalimentan y generan un modo muy similar de negacionismo.*

PALABRAS CLAVE: *Covid 19. Colapso climático. Corrosión de la democracia. Brasil.*

ABSTRACT: *The Covid-19 pandemic was experienced, at least in Brazil, as part of a triple apocalypse, alongside the erosion of democracy and the climate collapse. The present essay aims to illuminate some similarities and differences between each of these three apocalypses, focusing on how they feed each other and generate a very similar mode of denialism.*

KEYWORDS: *Covid-19. Climate collapse. Erosion of democracy. Brazil.*

I

A queda do muro de Berlim, no dia 9 de novembro de 1989, é o símbolo maior da esperança com a qual se iniciou nossa época: finalmente um mundo unificado, regido por governos democráticos liberais em escala local, e por organismos multilaterais em escala global. O final da guerra fria com o colapso do socialismo realmente existente afastava o receio de uma guerra nuclear e autorizava a crença de que um regime de livre mercado e de democracia representativa poderia garantir a inclusão, ao menos em patamares razoáveis de qualidade de vida, de asiáticos, africanos e latino-americanos. Seis dias depois os brasileiros votavam novamente para presidente, depois de vinte e nove anos.

Por certo não era a vida emancipada com a qual muitos sonharam: não era o reino da liberdade na qual o trabalho seria abolido ou reduzido a um mínimo insignificante; não era a utopia na qual se poderia caçar de manhã, pescar pela tarde, pastorear ao entardecer e, depois do jantar, criticar. Mas era algo. E a simples promessa de se estar a salvo de tiranos de farda, seja ela verde-oliva como a dos militares daqui, seja ela a de burocratas de um partido único, não era algo a se desprezar. Somado a um mundo sem fome e sem guerras, não era pouco. O que restou deste início de século? Com quantos pesadelos se desfez uma ilusão?

Trinta anos depois cá estamos: ao fim de uma pandemia que não soube ser contida nem atenuada por déspotas eleitos, e isto em um mundo cada vez mais quente e que tende, por conseguinte, a ter cada vez mais eventos extremos. Como chegamos aqui? Gostaríamos, neste ensaio, de desenvolver algumas reflexões sobre uma parte da resposta. Para isso vamos articular três preocupações: a dos dois últimos anos (2020-2021), com a pandemia; a da década, com a corrosão da democracia e ascensão do neofascismo; a do século, com o colapso do regime climático que serviu de esteio a nossa civilização. Nuno Ramos (2020) disse recentemente que o Brasil enfrenta um duplo apocalipse: coronavírus e Bolsonaro. Infelizmente ele é triplo.

II

Em uma sociedade desenvolvida, tecnológica, conter uma pandemia não é uma tarefa tão difícil, ao menos no sentido de evitar as tragédias de pandemias passadas. Em especial quando houve tempo para se preparar e se pode contar com a experiência dos países que já atravessaram momentos críticos. Basta seguir o conselho de cientistas (que é mais ou menos consensual) e repetir o que deu certo alhures. Fechar fronteiras, impor quarentenas e períodos de confinamento mais restrito, testar em massa, isolar os casos, produzir os itens que serão necessários para o enfrentamento da pandemia e para a reabertura (máscaras, respiradores, testes, equipamentos de proteção), desenvolver vacinas e adquirir previamente uma carteira variada das vacinas que estão sendo desenvolvidas em outros lugares. O objetivo é achatar a curva: impedir que o vírus se dissemine e, na medida do possível, fazer com que ele desapareça. A questão é acertar o momento oportuno para cada medida. Isto tudo é meio óbvio, mais difícil é conseguir que as pessoas fiquem em casa. Para isto são necessárias medidas um pouco mais complicadas: garantir que elas recebam uma renda para não trabalhar; fornecer informações claras e precisas; fiscalizar e garantir que o isolamento social está sendo respeitado. É certo que quarentenas e confinamentos vão provocar um baque na economia, mas aqui também medidas corretas achatam a curva de recessões, depressões, desemprego. Mesmo sociedades pouco desenvolvidas e pobres conseguiram dar conta do recado. Por que falharam sociedades como Reino Unido, Estados Unidos, e, sobretudo, Brasil?

Recentemente Katharine Hayhoe (2020, n.p.) resumiu em um tuíte os estágios da negação: “não é real. Não somos nós. Não é tão ruim. É caro demais resolver. Aqui está uma ótima solução (que não funciona). E – ah não! Agora é tarde demais. Você devia ter avisado antes”. É um resumo do fracasso: começa com: “é só uma gripezinha, não vai dar nada, só matará gente que já está na beira da cova”; avança para: “sim, é grave, matará muita gente, mas muito mais vai morrer de fome ou das consequências econômicas da quarentena”; e então para: “se todos usarem máscara podemos retornar à normalidade; a cloroquina salvará!”; até finalmente chegar ao ponto da lamentação: “poderíamos ter feito algo antes, mas agora é tarde”. A negação funciona para ganhar tempo (ou melhor, para perdê-lo): ela adia as ações que precisam ser tomadas. Mas este adiamento é fatal numa pandemia: agir tarde demais é inócuo. Uma vez que o vírus já se espalhou as medidas têm que ser várias vezes mais drásticas para surtir um efeito menor. A negação também funciona para polir a brutalidade: em vez de conscientemente falar “sim, vão morrer um ou dois milhões de pessoas, mas há gente demais no mundo, e isto vai melhorar nossas contas da previdência e diminuir a fila dos

desempregados” ou mesmo “travar a economia agora fará minha reeleição ir pelos ares ou abreviará meu processo de cassação”, ou ainda “é possível jogar o ônus desta crise nos prefeitos e governadores, minando meus potenciais adversários”, disfarça-se, também para si próprio: “tenho valores, minhas decisões, mesmo que aparentemente duras e insensíveis, foram sempre para salvar vidas”. A bárbarie às vezes sabe portar-se à mesa (HAYHOE, 2020).

Mas e se Hayhoe (2020, n.p.), uma cientista estadunidense, não estiver falando da pandemia, e sim da ameaça autoritária que paira sobre o seu país (e também, por óbvio, sobre o nosso)? O esquema não é mais ou menos o mesmo? “Não, Trump e Bolsonaro não são uma ameaça à democracia liberal, as instituições estão funcionando; eles não são um Mussolini, um Franco, um Putin, um Kim Jong-un”; “pode ser um remédio amargo, mas só isso resolverá nossa crise econômica”; “a crise será ainda maior com a instabilidade causada por qualquer tentativa de tirá-los do comando”; “eles vão ser tutorados pelos militares, a ala ideológica vai ceder à ala técnica, vai haver um parlamentarismo branco”; “agora é tarde, o jeito é aceitar este novo regime ou esta nova situação”. Perde-se o tempo da ação, mas o sujeito em negação não fica triste: quiçá o resultado fosse seu desejo inconfesso (HAYHOE, 2020).

Nem um, nem outro. Hayhoe (2020, n.p.) é uma cientista da atmosfera e, nesta condição, tornou-se ativista climática. O que ela resumiu não são os estágios da negação da pandemia ou os da corrosão democrática, e sim os das mudanças climáticas: “o mundo não está mais quente, são os termostatos que deixaram de estar no mato para ficarem agora na beira dos estacionamento, no asfalto”; “mudanças climáticas sempre existiram, elas são resultados de variações da radiação solar, não têm causas antrópicas”; “um planeta mais quente trará também vantagens: criará novas rotas marítimas no ártico, plantaremos milho na Sibéria ou café na Groenlândia”; “não podemos parar de queimar combustíveis fósseis, os danos econômicos serão catastróficos, e o aquecimento climático é apenas uma preocupação acadêmica, algo com o que vamos nos preocupar daqui 500 anos”; “soluções de geoengenharia (intervenção climática) darão conta do recado: basta jogar aerossóis em alta atmosfera ou toneladas de ferro no mar”; até findar em lamento: “agora é tarde”. Mas se alguém pode ganhar algo mantendo o comércio aberto, eventualmente uma reeleição; ou criando um regime autoritário; o negacionismo climático é puramente suicida: quem ganha com um planeta tornado inóspito? Seria ele sincero, embora insano?

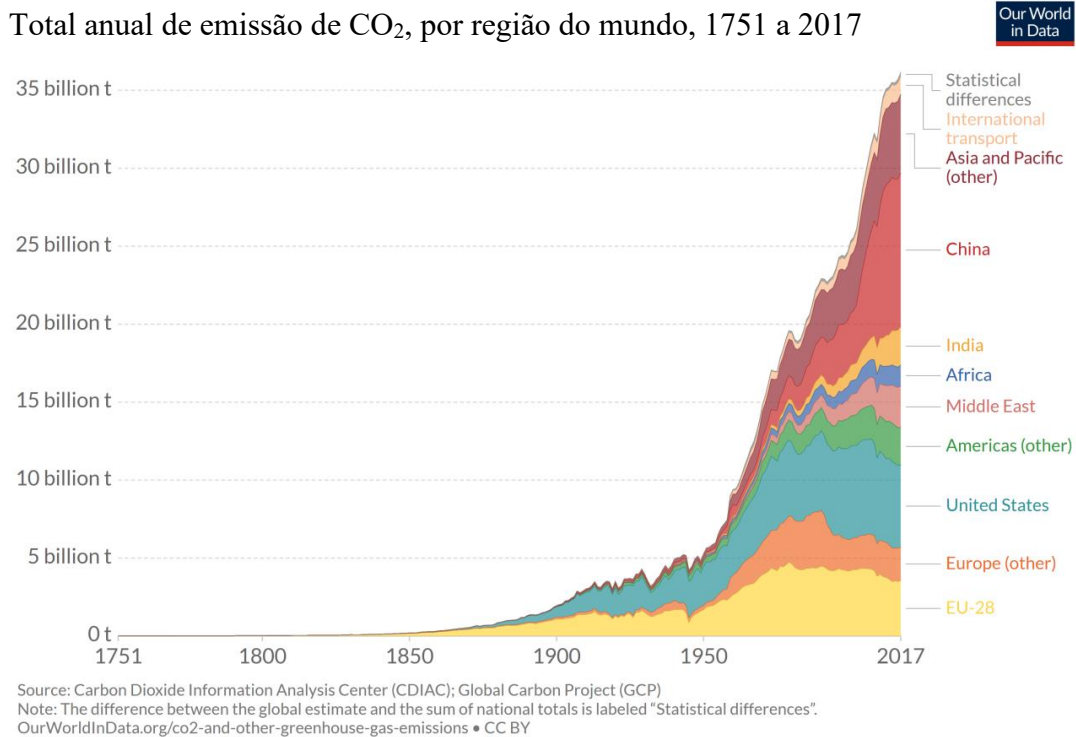
Freud contava uma anedota sobre o vizinho que é acusado de ter devolvido danificada uma chaleira emprestada: “em primeiro lugar, ele diz que a devolvera em perfeito estado; em segundo lugar, que a chaleira já estava furada quando ele a tomou emprestada; em terceiro

lugar, que jamais tomou emprestada a chaleira do vizinho” (FREUD, 2019, p. 178). É difícil acreditar na sinceridade do negacionista, uma vez que ele passa, sucessivamente, pelos distintos estágios: “o planeta não está aquecendo; se ele aquece a culpa não é nossa; e ainda que fosse não seria problema algum”; “nossas instituições democráticas estão funcionando; a democracia já estava corroída; um pouco de autoritarismo fará bem”; “a pandemia não causará maiores danos, é só uma gripe; os custos da quarentena e confinamento são grandes demais; fizemos tudo o que podíamos”. Mas qual vantagem o negacionista obtém com sua negação? Será que ele quer o fim da humanidade? Ou é simplesmente um narcisista que busca o maior lucro imediato, e não se importa em deixar terra arrasada para as próximas gerações? Ou, ainda, é ele um sujeito avesso não apenas às evidências, mas também ao raciocínio lógico mais elementar, de forma que sua compreensão deve levar em conta sua falta de racionalidade?

III

Se o colapso do clima é o problema do século não será demais fazer um breve interlúdio e apresentar o estágio presente do desmoronamento daquilo que é condição necessária de nossa existência. De acordo com dados compilados pelo site *Our World in Data*, entre 1751 e 2017 (RITCHIE; ROSER; ROSADO, 2020) os humanos foram responsáveis pela emissão de cerca de 1531 bilhões de toneladas de dióxido de carbono, o principal (mas não único) gás de efeito estufa. O dado assusta, mas também esconde: ele dilui em um tempo excessivamente amplo as emissões. O fato é que ela está concentrada nos últimos anos: foi grande nas últimas sete décadas, colossal nas três ou quatro derradeiras. O problema que recém começamos a enfrentar foi gestado desde o começo do pós-guerra. Em 1751 a humanidade queimou 9 milhões de toneladas de dióxido de carbono; em 1851, 198 milhões; em 1951, 6 bilhões e 226 milhões. No ano em que o muro caiu e no qual voltamos a votar para presidente eram mais de 22 bilhões, e em 2017, de 36. Dois terços do dióxido de carbono emitido foram para os ares depois da queda do muro.

Figura 1 – Emissões de CO2 por região

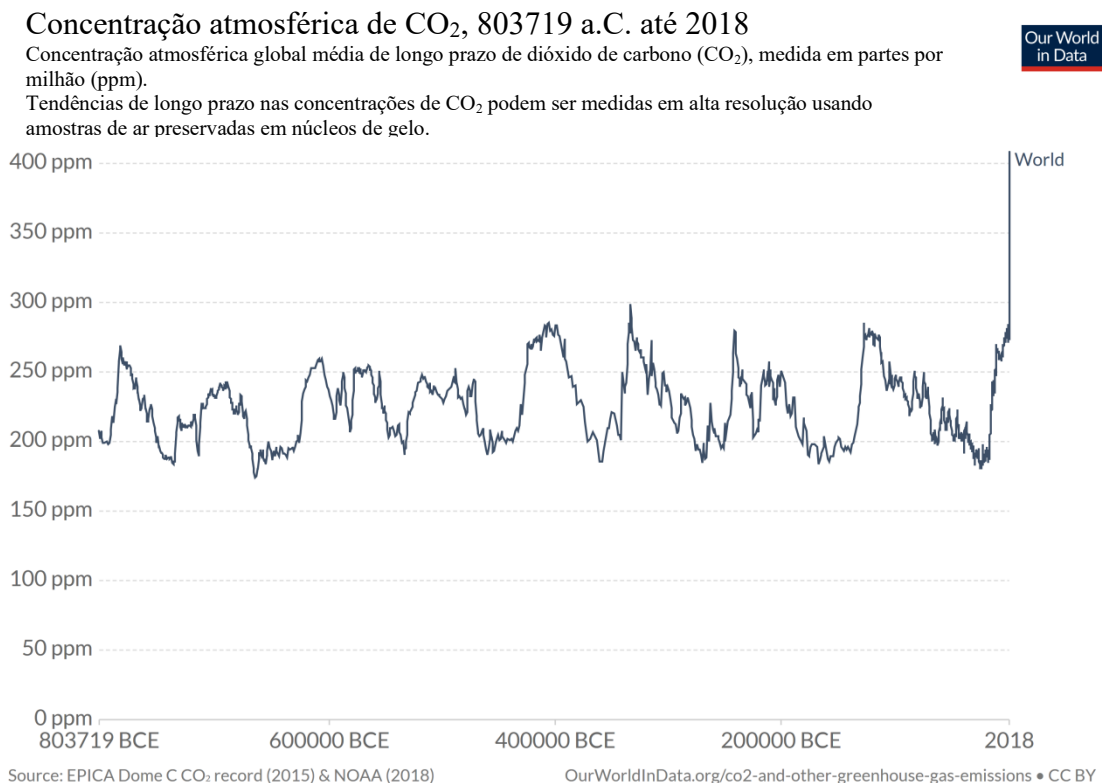


Fonte: Ritchie e Roser (2020)

Parte considerável destes gases ainda está em nossa atmosfera. Desde meados do século passado a concentração de dióxido de carbono é medida diariamente, em um observatório no Havaí. Quando Charles David Keeling começou suas medições, em 1958, ele encontrou 315 partes de dióxido de carbono em cada milhão de partículas na atmosfera, agora, em outubro de 2022, a concentração é de 416 partes por milhão.

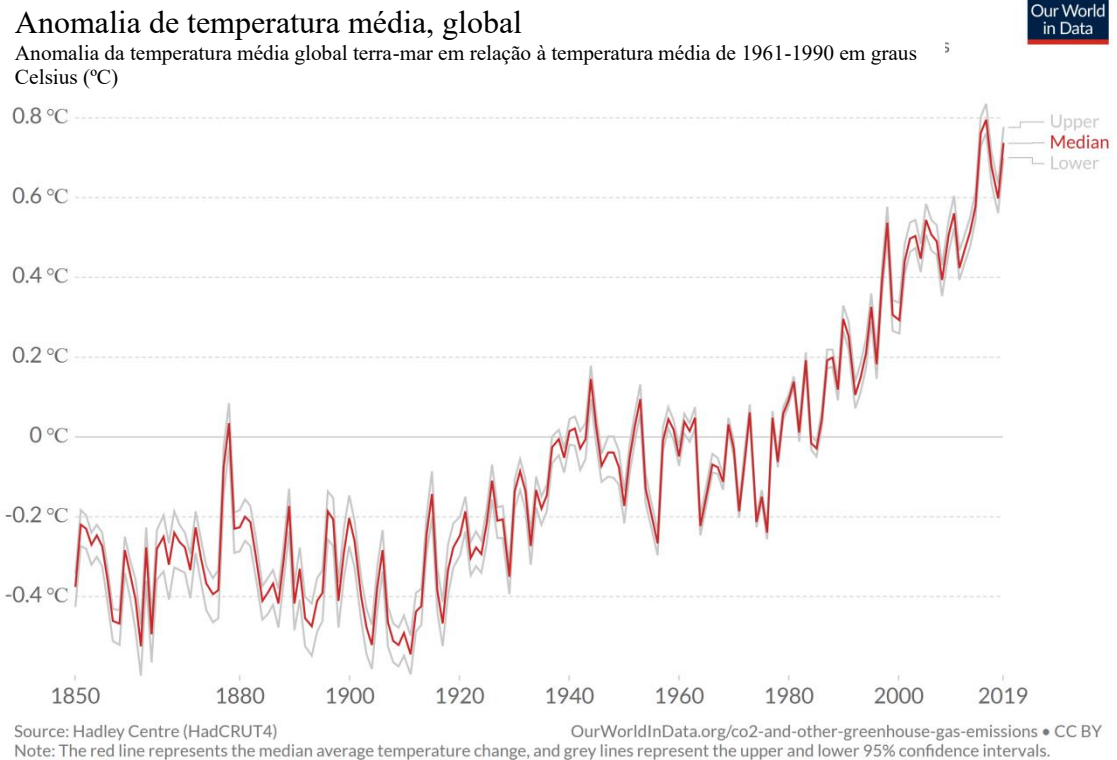
Mas a ciência do clima é capaz de reconstruir com bastante precisão o gráfico até milhares de anos atrás, graças, sobretudo, aos testemunhos de gelo. Neste caso a imagem muda bastante, em vez de uma única ascensão nós encontramos oitocentos mil anos de contínuas variações entre 180 partes por milhão e menos de 300. Foi só em 1909 que este patamar foi batido. Em 2015 já eram 400. Tamanha quantidade de carbono só havia na atmosfera durante o plioceno, há 3,3 milhões de anos.

Figura 2 – Concentrações atmosféricas de CO₂ continuam a subir



Fonte: Ritchie, Roser e Rosado (2020)

No Plioceno o planeta era três graus mais quente do que a temperatura média pré-industrial. Há uma correlação entre a concentração de dióxido de carbono na atmosfera e a temperatura da Terra: quanto mais carbono, mais quente. Desde a revolução industrial a temperatura média do planeta aumentou pouco mais de 1 grau centígrado. Porém este aumento tem sido rápido, como mostra o gráfico abaixo.

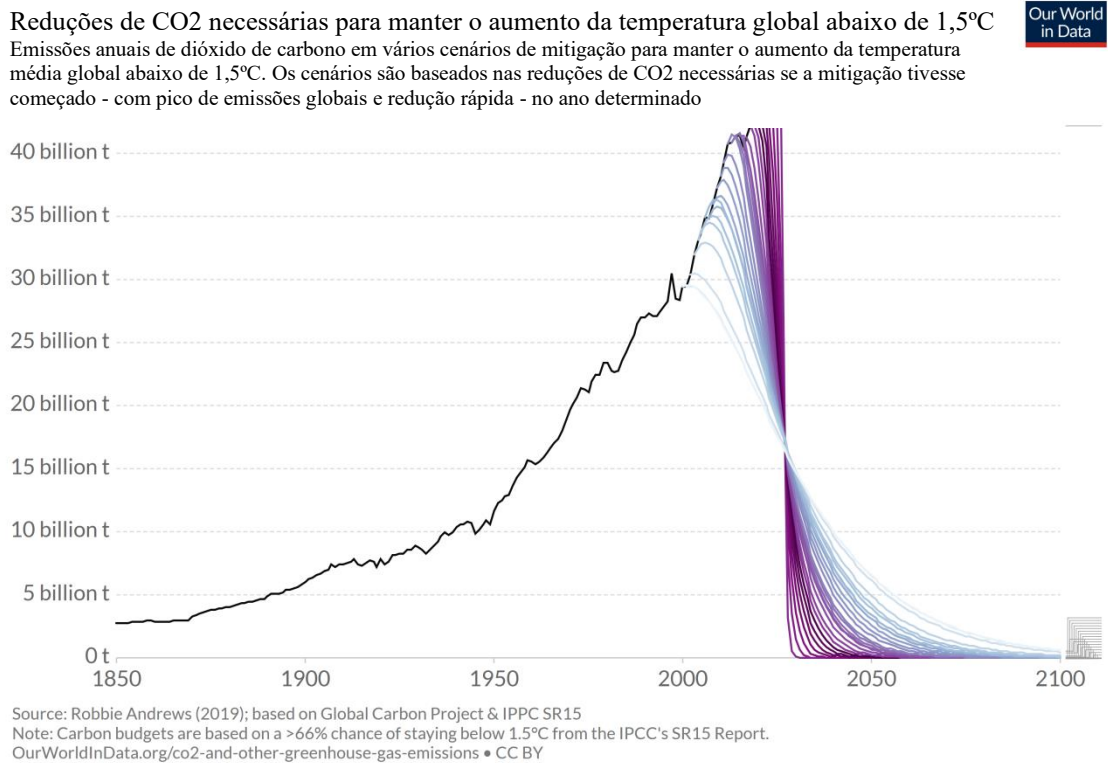
Figura 3 – Médias globais de temperatura aumentaram mais de 1°C desde a era pré-industrial

Fonte: Ritchie, Roser e Rosado (2020)

O aumento da temperatura não é o único efeito do colapso do clima: os mares se levantam, tornam-se mais ácidos, as espécies se extinguem de forma acelerada, eventos extremos (ciclones, tempestades, secas etc.) se tornam mais intensos e frequentes. Mas o aumento da temperatura serve como um bom critério para a avaliação dos riscos: agora, em um planeta um grau mais quente, as chuvas com mais de cem milímetros estão se tornando comuns em grandes cidades, assim como estiagens prolongadas. Um planejamento urbano eficiente, contudo, pode dar conta de mitigar os piores efeitos disto. No entanto, em um planeta dois graus mais quente, planejamento urbano algum dará conta: em uma situação assim é quase certo que precisaremos abandonar as metrópoles, e que vastas e populosas regiões se tornarão inabitáveis (gerando problemas gravíssimos com migrações). Três graus parece ser o limiar do que suportaria uma sociedade organizada, uma civilização: a partir daí o clima seria tão hostil que a agricultura em ampla escala seria impossível, e em pequena, improvável. Significaria que a existência humana precisaria se adaptar novamente a um estágio de caça e coleta, só que em um mundo bem menos abundante. A partir de quatro graus de aquecimento a sobrevivência da própria espécie humana seria colocada em risco, e a probabilidade de sua extinção cresceria a cada grau acima disto. Por isso o debate tem sido sobre como fazer o possível para limitar este

aquecimento a um grau e meio (esta foi a meta estabelecida no Acordo de Paris (BRASIL, 2015). Um mundo tão mais quente não é agradável, tem riscos severos, mas ainda é um mundo. Para tanto a redução na emissão de dióxido de carbono teria que ser radical. O gráfico abaixo mostra a dimensão do corte.

Figura 4 – Reduções de CO₂ necessárias para manter o aumento de temperatura global abaixo de 1,5°C



Fonte: Ritchie, Roser e Rosado (2020)

IV

A pandemia conseguiu tornar imaginável o tamanho do baque necessário para colocar o mundo no caminho do declínio das emissões. 2020 foi o primeiro ano com uma diminuição significativa das emissões de poluentes (em geral, quando há graves crises financeiras, como em 2008, a emissão de poluentes diminuiu, mas não de forma relevante). Para limitar o aquecimento a 1,5 graus centígrados seria necessário cortar pela metade as emissões até o meio da década (partindo de 42 bilhões de toneladas, emitidas em 2019), e para um quarto até seu final. As estimativas atuais estimam que por conta da pandemia a redução na emissão global de dióxido de carbono foi da ordem de 5%, isto é, em 2020 foram emitidas cerca de 2,5 bilhões de toneladas de CO₂ a menos do que em 2019 (AMBROSE, 2020). Isto em um cenário de

contração econômica global de 3,3% (VITTA, 2021) (no Brasil a queda do PIB foi de 4,1% [ELIAS, 2021]). Uma redução das emissões deste tamanho é pouco menos do que o que seria necessário para limitar o aquecimento a 1,5 graus. Neste caso, não apenas precisaríamos que não houvesse um rebote (isto é, uma emissão maior na saída do confinamento, recuperando o “tempo perdido” da produção), mas ainda que houvesse um efeito cumulativo: isto é, que em 2021 acontecesse uma epidemia mais severa que causasse uma redução duas vezes maior, e em 2022 três vezes, e assim por diante. Se a correlação entre queda do crescimento econômico e a diminuição da emissão de poluentes não é necessária, ainda assim ela tem sido bastante precisa (isto é, até hoje não houve um declínio significativo das emissões sem retração igualmente significativa da economia global).

Os cenários do futuro climático são resultados de modelagens computacionais que lidam com uma quantia assombrosa de dados. Ainda assim há ali elementos puramente especulativos: não sabemos, por exemplo, quanto carbono e metano estão retidos embaixo do solo congelado nas regiões do ártico (o *permafrost*), ou talvez não queiramos saber (as estimativas sugerem que seriam uma quantia de metano que provocaria um estrago equivalente a 1000 bilhões de toneladas de dióxido de carbono), e que serão liberados na medida em que este solo degela. Tampouco sabemos o quanto o aquecimento contribuirá para a savanização da Amazônia, e quanto isto retroalimentaria o próprio aquecimento³. Em geral os cenários padrões modelados pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) têm se mostrado bastante acurados, embora muitas vezes sejam demasiado conservadores (isto é, confiam que os piores efeitos combinados não acontecerão). Em resumo, não é razoável esperar que possamos nos dar ao luxo de emitir mais 300 bilhões de toneladas de dióxido de carbono e ainda assim não termos um planeta acima dos 1,5 graus de aquecimento, mas tampouco é certo que se emitirmos apenas estas 300 bilhões de toneladas o planeta não tostará.

³ Sobre o assunto, recomendamos a entrevista de Nobre (2020) ao Estadão.

V

A sequência de capas dedicadas à situação brasileira da revista britânica *The Economist* sintetiza a história brasileira recente: em novembro de 2009 o Cristo Redentor, feito um foguete, ascendia aos céus sob o título: “*Brazil takes off*” (THE ECONOMIST, 2009). O Brasil decolava. Ao final do segundo mandato do governo Lula, o país conseguia aos poucos erradicar a fome e a miséria; era modelo de políticas bem-sucedidas de combate à pobreza; e via a ascensão social de desfavorecidos que passavam a compor uma enigmática classe C, um conjunto de ex-pobres que não era exatamente uma nova classe média. Longe de uma melhora efêmera, o país parecia trilhar um caminho sustentável de crescimento e inclusão: bons índices econômicos, diminuição do endividamento, melhoras na renda e distribuição de renda apesar da crise global.

Por isso tudo a segunda imagem parece a de um sonho abortado. O Cristo, cartão postal da cidade maravilhosa, rasgava os céus como um foguete desgovernado ante a uma tragédia anunciada. “*Has Brazil blown it?*” (THE ECONOMIST, 2013). O Brasil estragou tudo? Era setembro de 2013, e o Brasil tinha um longo passado pela frente. Entre as duas capas diversos acontecimentos: a segunda onda da crise econômica de 2008 foi bem mais devastadora por aqui do que a primeira, derrubando os preços das *commodities* responsáveis pelos tempos de bonança; isto trouxe a necessidade de um rearranjo econômico, com uma política de desenvolvimento (a Nova Matriz Econômica) baseada em grande medida em desonerações fiscais que frustrou qualquer retomada; e neste cenário as disputas ideológicas se acirraram: a criação da Comissão Nacional da Verdade, instituída para investigar as violações de direitos humanos ocorridas sobretudo durante o regime militar incomodou os quartéis, maiores beneficiados da lei da anistia; políticas tímidas de combate à homofobia, assim como a equiparação das uniões estáveis homoafetivas ao casamento civil por parte do Supremo Tribunal Federal, ocorridos quando o país era pela primeira vez governado por uma mulher, torturada na ditadura e defensora das causas feministas, criou o cenário de guerra cultural em que se gestou o espaço no qual começa a se organizar uma nova direita⁴.

O tríptico se encerra em 2019, com uma capa de terra arrasada na qual o que resta de um tronco de uma árvore cortada forma o mapa do Brasil. O título: “*Deathwatch for the Amazon*” (THE ECONOMIST, 2019), a agonia ou vigília da morte da Amazônia, a maior floresta tropical do mundo, que voltava a ser devastada de forma voraz. Os seis anos que

⁴ As novas direitas brasileiras foram etnografadas por Camila Rocha de Oliveira (2019) em sua tese de doutorado intitulada “*Menos Marx, mais Mises*”: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). Também a partir de estudos de campo, Isabela de Oliveira Kalil retrata o caleidoscópio dos grupos de sustentação do bolsonarismo em seu relatório *Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro* (KALIL, 2018).

separam a terceira da segunda capa foram particularmente cruéis: a eleição de 2014 cindiu o país; escândalos de corrupção revelados por um processo judicial (Lava Jato) não menos corrupto e escandaloso acirrou a cisão; o candidato derrotado não reconheceu o resultado da eleição; a campanha pelo impedimento da presidente recém reeleita iniciou tão logo o escrutínio foi apurado; a presidente foi removida por meio de um golpe parlamentar; o vice presidente assumiu com uma guinada política radical, mas rapidamente se tornou tão ou ainda mais impopular; o ex-presidente Lula (PT) foi condenado, preso e impedido de candidatar-se a presidente, sendo o favorito de acordo com as pesquisas do momento; Jair Bolsonaro (PL), um deputado federal do baixo clero, defensor não apenas da ditadura militar, mas de seus expedientes mais sombrios (particularmente da tortura e da desaparecimento de corpos), é eleito presidente afirmando, durante a campanha, que iria fuzilar opositores; o juiz responsável pela condenação e prisão de Lula torna-se ministro da justiça do novo governo.

A ascensão de Jair Bolsonaro (PL) à presidência da república se assemelha, ao menos à primeira vista, a uma sequência de vitórias da extrema-direita mundo afora: de Donald Trump nos EUA; de Viktor Orbán na Hungria; de Recep Erdogan na Turquia; de Narendra Modi na Índia, entre outros. Em todos estes casos pode-se falar de um populismo autoritário, autocrático, que mistura doses de nacionalismo e xenofobia com fortes vínculos com seitas ou movimentos religiosos que beiram ao fanatismo. Por mais que existam diferenças em cada uma destas situações, é notável que isto configura uma ‘onda’, e que esta onda populista autoritária coloca em risco a vigência das instituições democráticas destes países.

Levitsky e Ziblatt (2018), em *Como as democracias morrem*, argumentam que estamos vendo uma nova forma de corrosão democrática, a qual não precisa mais recorrer ao expediente clássico de golpes de estado com uso de forças militares. Pelo contrário, a corrosão ocorreria por mudanças graduais das regras do jogo, de forma que “a erosão da democracia é, para muitos, quase imperceptível” (LEVITSKY; ZIBLATT 2018, p. 17). Os autores observam que a ascensão do candidato a autocrata costuma obedecer a algumas constantes: a) o apoio ou bem de partidos consolidados ou bem de estadistas reconhecidos (no caso brasileiro, coube não a um estadista reconhecido, e sim a um economista bem quisto pelos mercados, Paulo Guedes, o papel de fiador do governo Bolsonaro); b) um esgarçamento prévio do sistema político, sobretudo por duas regras não-escritas da democracia perderem a vigência: a tolerância mútua, a percepção de que o adversário tem igual direito a competir pelo poder e a governar em caso de vitória (em nosso caso, esta tolerância foi minada pelo não reconhecimento da derrota por parte de Aécio Neves (PSDB) e pela campanha pelo impedimento de Dilma Rousseff (PT) ter

se iniciado logo após a apuração dos votos que a elegeu); e a recusa ao jogo duro constitucional (interpretações enviesadas da lei, que embora respeitem a letra violam seu espírito, usando a legislação para paralisar o governo; é o caso do processo de destituição da presidenta por crime de responsabilidade devido a pedaladas fiscais, isto é, manobras contábeis que supostamente violariam a lei de responsabilidade fiscal).

Mesmo entre este grupo, Jair Bolsonaro representa um caso extremo, de autoritário de almanaque, capaz de completar todos os quesitos em elencos de elementos autoritários. Talvez por isso ele já tenha, ainda durante o período de seu primeiro mandato, avançado nos três terrenos onde acontece a subversão do regime democrático, ainda de acordo com Levitsky e Ziblatt (2018): a captura do poder judiciário, da polícia, das agências reguladoras e dos serviços de inteligência (por meio de aparelhamento; de exclusão de funcionários pouco simpáticos a seus ideais; de desrespeito aos procedimentos usuais para indicação aos cargos); a retirada de alguns oponentes (por procedimentos os mais diversos – desde suborno e cooptação até marginalização, processos por calúnia e difamação, criação de dificuldades para empresários ou figuras importantes que apoiam a oposição); a reescrita das regras do jogo (reformando a constituição, o sistema eleitoral). Evidentemente, em nenhum destes casos o resultado já se encontra consumado, mas em cada um destes quesitos já abundam ocorrências.

Há de se notar que a corrosão democrática brasileira não ocorreu ante um cenário idílico, apesar de certos avanços obtidos durante a Nova República. Como bem observa Wolfgang Streeck (2017) em “O retorno do recalçado”, a ascensão dos “populistas bárbaros”, como ironicamente ele denomina os autocratas (por conta do pânico que suas medidas protecionistas provocam nas elites), já ocorre mundialmente em um cenário pós-democrático, posterior ao divórcio entre mercados capitalistas e políticas democráticas. Assim, trata-se de um aprofundamento de um cenário de reversão democrática, em que populistas autoritários tomam o lugar então ocupado por tecnocratas responsáveis sobretudo por assegurar os retornos dos credores, os quais já haviam se apossado do espaço em que outrora políticos lidavam com os conflitos sociais mediados institucionalmente, mas lidando sobretudo com demandas populares.

VI

A corrosão da democracia corrói também os mecanismos capazes de conter ou amenizar uma pandemia. Não só, ela também retroalimenta o colapso climático, ao bagunçar as políticas ambientais. A história recente do Brasil serve como evidência. A incapacidade de combater de modo minimamente eficiente a pandemia revela não só a incompetência técnica dos autocratas de extrema direita, mas também o desmantelamento das sociedades que eles governam.

Dois anos depois da chegada do coronavírus causador da Covid-19 no Brasil, quando escrevemos estas linhas, o país contabiliza quase setecentas mil mortes oficialmente causadas pelo coronavírus (o número provavelmente é subestimado). Um resultado como este não é um acidente de percurso. Pelo contrário, como demonstra o relatório do Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário (CEPEDISA), da Universidade de São Paulo (USP), em parceria com a Conectas Direitos Humanos, este cenário não foi obtido por meio da omissão do Estado no combate à pandemia, e sim por sua participação ativa na propagação do vírus (CEPEDISA, 2021). Afinal, a estratégia do governo federal, adotada desde os primeiros dias, foi a de acelerar a contaminação pelo vírus acreditando que assim se chegaria, o quanto antes, a almejada imunidade de rebanho.

Deisy Ventura, Fernando Aith e Rossana Reis (2021) argumentam que o poder executivo fez: a) propaganda contra a saúde pública, promovendo aglomerações, combatendo medidas de restrição do contágio, como o isolamento social e o uso de máscaras, e receitando remédios sem eficácia comprovada; b) boicote às iniciativas de governadores e prefeitos, atrasando repasse de recursos, encaminhamentos para vacinação e pela tentativa de confisco de insumos adquiridos pelos Estados; c) atuação normativa para considerar como essenciais o maior número possível de atividades, assim como para vetar medidas restritivas.

A estratégia não poderia ter dado mais errado (se o objetivo fosse ter o menor número possível de vítimas): a tal imunidade de rebanho se mostrou não apenas demasiado onerosa, a ser paga com um número de vidas perdidas alto demais, como ilusória, pois a imunidade é efêmera e não protege contra variações do vírus (mutações que se tornam mais prováveis quando o vírus circula facilmente). Embora outros países também tenham adotado estratégias semelhantes, a maioria deles recuou na medida em que se revelavam seus problemas. O Brasil não. O resultado é que o Brasil apresentou uma das piores médias de óbitos do mundo inteiro.

VII

Algo semelhante poderia ser dito quanto às políticas ambientais. A corrosão da democracia impediu que se avançasse em medidas de combate ao aquecimento. Pior, ela contribuiu para seu retrocesso, minando o pouco esforço que já havia sido feito. A política ambiental do governo Bolsonaro tem sido uma tragédia. A faceta mais visível disto passa pelo desmatamento da floresta amazônica: tanto pelo risco bastante real de a floresta se tornar inviável, pelo incipiente processo de savanização, quanto pelo fato de este desmatamento ser uma das principais fontes de emissão de dióxido de carbono. Destarte, apesar da queda mundial das emissões ocorridas no ano de 2020, o Brasil andou na contramão e aumentou sua contribuição para o colapso do clima apesar da pandemia e da paralisação de diversas atividades (como escolas, universidades, e, durante um tempo menor, parte significativa do comércio).

Como mostram os dados do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), vinculado ao Observatório do Clima, a maior parte das emissões de CO₂ no Brasil decorre de mudanças no uso da terra e florestas. Por conta disto, o ano em que o país mais emitiu dióxido de carbono neste milênio foi 2003 (SEEG, 2023a), com 2,6 bilhões de toneladas de CO₂ equivalente, ápice do descontrole do desmatamento da Amazônia legal, quando mais de 25 mil km² foram desmatados (TERRA BRASILIS, 2023). A partir de então foram instituídas políticas bem-sucedidas de combate ao desmatamento, as quais foram responsáveis por reduções significativas nos anos seguintes, alcançando a marca de 4,6 mil km² em 2012 (ano em que o país emitiu cerca de 1,4 bilhão de toneladas de CO₂eq). Desde então o desmatamento, e por consequência as emissões, tem crescido (desmatamento: 7,5 mil km² em 2018, 10,1 mil km² em 2019, estima-se que 11,1 mil km² em 2020; emissões: 1,98 bilhões de toneladas de CO₂eq em 2018, 2,17 em 2019, a estimativa para 2020 é de crescimento de 10% a 20% [SEEG, 2023a, 2023b]).

VIII

Nossa hipótese é que a pandemia é um aperitivo do que está por vir, uma espécie de trailer do colapso climático. Adam Tooze (2020) comentou, recentemente, que esta é a primeira crise econômica do Antropoceno. Bruno Latour (2015) observou que o Antropoceno é caracterizado pela instabilidade, pela “intrusão de Gaia”, de modo que o clima deixa de ser uma espécie de cenário e se torna, ele próprio, protagonista. Se estiver certo, talvez o próprio diagnóstico de crise deixe de fazer sentido. Não há mais crises que irrompem, mas uma instabilidade nunca experimentada, algo que impede qualquer forma de planejamento. Esta pandemia é o efeito de um modo desastrado de lidar com o ambiente. Se ela revela algo é a nossa fragilidade: o quanto dependemos de condições que não estão asseguradas.

O combate à pandemia também é uma mostra em pequena escala da luta para mitigar os danos do colapso climático. Nestes casos, nenhuma ação é precipitada: tomar medidas supostamente radicais antes da tragédia eclodir é a ação correta. Pensem em quão simples teria sido fechar as fronteiras, sobretudo aéreas, no começo de fevereiro de 2020 (ou, a partir de então, ter exigido uma quarentena rigorosa de todos que chegavam do exterior). Pensem em quão menos radicais precisariam ser as ações, e em quão melhor seria o cenário caso medidas concretas tivessem sido tomadas na Eco 92, quando o volume de evidências que indicava um severo agravamento da crise climática já era imenso.

Mas as diferenças também são importantes: um país sozinho pode dar conta de controlar a pandemia; ações locais são eficientes para evitar a propagação do vírus. No caso da emergência climática, é preciso uma ação concertada em escala global. Com efeitos mais ou menos devastadores, pode-se esperar que a pandemia passará, mas a mesma expectativa não é razoável frente ao colapso climático.

O Brasil, ao lado dos Estados Unidos e de alguns países do lado oriental da Europa, são exemplos negativos em como lidar com a pandemia. Somos também o país com o governante que é o paradigma da corrosão democrática, um autoritário de almanaque, capaz de completar o *score* de qualquer elenco de tendências fascistas – a encarnação da perversão da vontade, não de sua fraqueza. A ação de combate ao coronavírus está sendo errática: grandes doses de negacionismo e desinformação, seguidas de ordens confusas e conflitantes com aquelas que foram corretamente tomadas por prefeitos e governadores. No combate ao colapso climático o mundo inteiro é um grande Brasil. Parafraseando Rodrigo Nunes (2020): o Brasil segue sendo o país do futuro, mas o futuro piorou.

IX

Concluimos com algumas poucas palavras sobre a corrosão democrática e o que ela tem a ver com isto tudo o que foi dito aqui. A esta altura já ficou claro que líderes populistas autoritários, extremistas de direita, governam ou desgovernam os países que mais tiveram mortes causadas pela pandemia até agora – Estados Unidos, Brasil, Reino Unido, Hungria. A princípio a relação é um tanto evidente: Trump, Bolsonaro, Johnson e Orban foram incapazes de planejar uma resposta adequada ao desafio posto pelo vírus. Isto não é surpresa: de maus políticos espera-se políticas más. Mas tampouco é surpresa que os quatro tenham se comportado de forma similar, sobretudo no início da pandemia: eles negaram a gravidade da situação e desdenharam da radicalidade das medidas que teriam sido necessárias para conter a disseminação do vírus. Em resumo: eles não aceitaram a novidade e tentaram persistir na vida corriqueira de antes. E o padrão se repete em suas políticas ambientais. Justamente nisto há uma afinidade quase orgânica entre tais líderes e seus eleitores.

A dinâmica capitalista nos coloca a todos no começo de uma década crucial por conta de suas ameaças: por um lado o colapso do clima e todos os seus efeitos previsíveis: fome, migrações de massa, eventos extremos (ciclones, tempestades), pestes e pragas; por outro, a automação e digitalização que converte todos os indivíduos em potenciais ou reais desempregados. E isto tudo em uma situação na qual as disparidades de renda e de riqueza aceleram e o padrão de vida decai. Em resumo, uma situação na qual o futuro está cancelado. Nela só resta disputar o passado: a esquerda com o sonho de ressuscitar o estado de bem-estar e seus mecanismos de proteção social; a direita com a tentativa de resgatar a ordem de um mundo em que o homem, desde que branco e heterossexual, era capaz de prover um lar pleno de sentido; e o centro fingindo que podemos viver eternamente nos anos de 1990, com sua promessa de que meia dúzia de reformas estruturais serão capazes de criar um cenário de crescimento econômico que perdure, mas nisto também as posições se embaralham: a direita torna-se revolucionária: é preciso mudar tudo para que a velha ordem volte a se instaurar; ao passo que a esquerda vira conservadora: é preciso resistir às mudanças para salvaguardar as instituições existentes.

Não há como dissociar a corrosão democrática da disseminação da postura negacionista, pois os sujeitos em negação extrema estão entre os mais ferrenhos defensores dos extremistas de direita. Por certo, a postura negacionista é resultado de causas diversas, em parte epistêmicas, em outras políticas: a digitalização da comunicação; o surgimento das redes sociais e suas câmaras de eco (bolhas); a ausência de curadoria na produção e checagem das informações

(pós-verdade); a incapacidade de rever teorias mesmo quando há excessivas evidências de seus fracassos (caso das políticas de austeridade e do *trickle down economics*) e, mais especificamente, a ascensão das mentiras especializadas que predominam na ciência econômica cada vez mais poderosa (Curva de Laffer; Relatório Cecchini; etc. [STREECK, 2017]). Pensamos que também entra na conta um temor ante o estado das coisas, um “medo das consequências dos desenvolvimentos gerais da sociedade” que lida, ainda que de forma indireta e contorcida, com o sentimento de catástrofe social, com a percepção disseminada que o modo de vida está não apenas em risco, mas já condenado (ADORNO, 2020).

Por isso o negacionista não é apenas causa, mas também consequência desta corrosão. Quando não se disputa o futuro, quando ele se apresenta apenas como ameaça, e a nostalgia de um passado imaginado faz as vezes da utopia, então não resta muito ao indivíduo senão negar tudo aquilo que o avisa da chegada do que não se pode evitar. A pandemia é um aperitivo do colapso climático: não por instituir um ‘novo normal’, mas por enterrar de vez o velho. A corrosão do clima, da democracia, do conhecimento, da sociedade também corrói os mecanismos que seriam capazes de frear ou mesmo reverter estas corrosões. O negacionista é o que se recusa ao trabalho de luto, mesmo que para isto precise conviver com fantasmas. Mas estes fantasmas, infelizmente, não habitam apenas a extremidade de lá do espectro político.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Aspectos do novo radicalismo de direita**. São Paulo: Editora UNESP, 2020.

AMBROSE, J. Carbon emissions from fossil fuels could be fall by 2.5 bn tonnes in 2020. **The Guardian**, 2020. Disponível em:

<https://www.theguardian.com/environment/2020/apr/12/global-carbon-emissions-could-fall-by-record-25bn-tonnes-in-2020>. Acesso em: 15 abr. 2021.

BRASIL. **Acordo de Paris**. Brasília, DF: MCTIC, 2015. Disponível em:

https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/acordo-de-paris-e-ndc/arquivos/pdf/acordo_paris.pdf. Acesso em: 31 jan. 2023.

CEPEDISA. Boletim n. 10: Direitos na pandemia. **CONECTAS**, 2021. Disponível em:

<https://www.conectas.org/publicacoes/download/boletim-direitos-na-pandemia-no-10>. Acesso em: 15 abr. 2021.

ELIAS, J. PIB: Brasil termina 2020 com segunda década perdida – e a pior desde 1900. **CNN Brasil**, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/2021/03/03/pib-brasil-termina-2020-com-segunda-decada-perdida-e-a-pior-desde-1900>. Acesso em: 15 abr. 2021.

FREUD, S. **A Interpretação dos Sonhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

HAYHOE, K. The six stages of climate denial are. **Twitter**, 2020. Disponível em: <https://twitter.com/KHayhoe/status/1242817345069998080>. Acesso em: 10 out. 2022.

KALIL, I. O. **Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro**. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2018.

LATOUR, B. **Face à Gaïa**. França: La découverte, 2015.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

NOBRE, C. Entrevista: Carlos Nobre alerta: “Estamos no máximo, há 20 anos da ‘savanização’ da Amazônia”. **Estadão**, 2020. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/inconsciente-coletivo/carlos-nobre-alerta-estamos-no-maximo-a-20-anos-da-savanizacao-da-amazonia/>. Acesso em: 30 jan. 2023.

NUNES, R. Necropolítica de Bolsonaro aponta para um future distópico. **Folha de São Paulo**, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/06/vidas-de-negros-e-pobres-se-tornam-descartaveis-na-pandemia-afirma-professor.shtml>. Acesso em: 28 out. 2021.

OLIVEIRA, C. R. “**Menos Marx, mais Mises**”: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2019. 233 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, 2019.

PROJETO de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia por Satélites – PRODES (Desmatamentos). **Terra Brasilis**, 2023. Disponível em: http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates. Acesso em: 30 jan. 2023.

RAMOS, N. Brasil enfrenta duplo apocalipse com Bolsonaro e coronavírus, reflete Nuno Ramos. **Folha de São Paulo**, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/05/brasil-enfrenta-duplo-apocalipse-com-bolsonaro-e-coronavirus-reflete-nuno-ramos.shtml>. Acesso em: 29 jan. 2023.

RITCHIE, H.; ROSER, M. CO₂ emissions. **Our World in Data**, 2020. Disponível em: <https://ourworldindata.org/co2-emissions>. Acesso em: 29 jan. 2023.

RITCHIE, H.; ROSER, M.; ROSADO, P. CO₂ and Greenhouse Gas Emissions. **Our World in Data**, 2020. Disponível em: <https://ourworldindata.org/co2-and-other-greenhouse-gas-emissions>. Acesso em: 29 jan. 2023.

SEEG. Sistema de estimativas de emissões e remoções de gases de efeito estufa. **Emissões Totais**. 2023a. Disponível em: http://plataforma.seeg.eco.br/total_emission#. Acesso em: 30 jan. 2023.

SEEG. Sistema de estimativas de emissões e remoções de gases de efeito estufa. Nota Técnica. **Impacto da pandemia de Covid-19 nas emissões de gases de efeito estufa no Brasil**. 2023b. Disponível em: <http://seeg.eco.br/nota-tecnica-covid-19>. Acesso em: 30 jan. 2023b.

STREECK, W. O retorno do recalcado. **Revista Piauí**, n. 135, p. 44-51, dez. 2017. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/edicao/135/>. Acesso em: 10 nov. 2022.

THE ECONOMIST. Brazil takes off. **The Economist**, 2009. Disponível em: <https://www.economist.com/search?q=2009>. Acesso em: 31 jan. 2023.

THE ECONOMIST. Deathwatch for the Amazon. **The Economist**, 2019. Disponível em: <https://www.economist.com/search?q=2019&page=2>. Acesso em: 31 jan. 2023.

THE ECONOMIST. Has Brazil blown it? **The Economist**, 2013. Disponível em: <https://www.economist.com/search?q=2013>. Acesso em: 31 jan. 2023.

TOOZE, A. We are living through the first economic crisis of the Anthropocene. **The Guardian**, 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/books/2020/may/07/we-are-living-through-the-first-economic-crisis-of-the-anthropocene>. Acesso em: 15 abr. 2021.

VENTURA, D.; AITH, F.; REIS, R. Propagação da Covid 19 no Brasil foi intencional. **Folha de São Paulo**, 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2021/03/propagacao-da-covid-19-no-brasil-foi-intencional.shtml>. Acesso em: 15 abr. 2021.

VITTA, L. FMI eleva previsão de crescimento para a economia global de 5,5% para 6% em 2021. **Valor Econômico**, 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2021/04/06/fmi-eleva-previsao-de-crescimento-para-a-economia-global-de-55percent-para-6percent-em-2021.ghtml>. Acesso em: 15 abr. 2021

CRediT Author Statement

Reconhecimentos: Não aplicável.

Financiamento: Não aplicável.

Conflitos de interesse: Não há conflitos de interesse.

Aprovação ética: Não aplicável.

Disponibilidade de dados e material: Os materiais estão disponíveis nas referências do artigo.

Contribuições dos autores: Os dois autores escreveram o artigo conjuntamente.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.

Revisão, formatação, normalização e tradução.

